

ANEXO III

SUBSÍDIO AO CRÉDITO RURAL

O grau de subsídio de um financiamento pode ser considerado como a diferença entre a taxa de juros efetivamente cobrada e a taxa de juros que o tomador pagaria se obtivesse os recursos no mercado. Em geral é difícil, e de certa forma arbitrário, estimar a taxa de juros de mercado. Por essa razão é comum utilizar-se a taxa de inflação para esse fim. Esse critério, seguido, por exemplo, por SAYAD (32), certamente subestima o grau de subsídio, mas permite conhecer-se a direção do viés. Nesse trabalho foi adotado o mesmo procedimento.

As informações sobre as taxas de juros nominais do crédito para custeio e para aquisição de fertilizantes foram obtidas no Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil. Até a safra 1975/76 o governo estabelecia taxas de juros nominais para custeio mais favoráveis para os contratos de valor inferior a 50 salários mínimos. Entretanto, como a representatividade desses contratos no valor total financiado era insignificante, optou-se por considerar a taxa de juros maior. Nas duas safras seguintes o salário mínimo foi substituído pelo Maior Valor de Referência (MVR).

Nas safras 1979/80 e 1981/82 a diferenciação entre as taxas de juros foi estabelecida considerando-se a classificação do produtor entre as categorias mini e pequeno e médio e grande. O critério para a definição das categorias foi o valor da produção, medido em MVR. Para esse período a taxa nominal de juros considerada foi uma média, obtida através da pon-

deração das taxas pela participação de cada categoria de produtor no valor da produção do ano de 1979.

Para as duas últimas safras da série o critério de discriminação entre produtores foi novamente alterado. Estabeleceu-se uma taxa nominal de juros única, mas a parcela financiada se reduzia na medida em que aumentava o tamanho do produtor, agora dividido em tres categorias: mini e pequeno, médio e grande.

O crédito para a aquisição de insumos, em especial de fertilizantes, não discriminou os produtores. Além das taxas nominais de juros, iguais a zero em alguns anos e frequentemente inferiores às do crédito de custeio, foi concedido um subsídio de 40% sobre o preço dos fertilizantes nas safras 1975/76 e 1976/77.

Essas informações permitiram montar o quadro 15, que estima o grau de subsídio do crédito rural no período 1970/71-1982/83. Entretanto, essas taxas de subsídio não podem ser usadas diretamente na expressão (8), que calcula a taxa de proteção efetiva. Isso equivaleria a assumir que a totalidade das despesas com o custeio e fertilizantes teria sido financiada àquelas taxas. Frequentemente a disponibilidade de recursos financiáveis foi inferior ao custo de produção.

Até maio de 1979, ou seja, até a safra 1978/79, o montante de recursos disponível para cada cultura era definido pela fórmula:

$$CC = 0,6 PM \cdot RMR$$

onde: CC = crédito de custeio;

PM = preço mínimo; e

RMR = rendimento médio regional,

o que equivalia a uma disponibilidade de crédito, por hectare, de 60% do preço mínimo do produto multiplicado pelo rendimento médio da região.

A partir da safra 1979/80 foi criado o Valor Básico de Custeio (VBC), que é uma estimativa da necessidade de recursos para custear um hectare de certa cultura. De 1981/82 em diante o governo liberava a totalidade do VBC apenas para os pequenos e mini produtores. Para os médios e grandes liberava 80 e 60%, respectivamente.

A comparação do montante de recursos, obtido da aplicação das regras acima, com os custos de produção de cada cultura, mostrou, invariavelmente, que o produtor não conseguiria produzir se dependesse exclusivamente do crédito subsidiado. Para determinar o subsídio efetivo, por cultura e por técnica de produção, que foi considerado no cálculo da tarifa efetiva, adotou-se o seguinte critério, baseado em informações de agricultores: o produtor adquire em primeiro lugar os fertilizantes e outros insumos com o crédito subsidiado, e, se restar algum recurso, utiliza-o para custear as outras despesas. Como o crédito não cobre todas as despesas de custeio, resulta que o subsídio efetivo foi menor do que o apontado no quadro 15.

QUADRO 15. - Grau de Subsídio do Crédito de Custeio e do Crédito para Aquisição de Fertilizantes no Período 1970/71 - 1982/83 ⁽¹⁾

(em percentagem)

Safra	Crédito de Custeio	Crédito para Fertilizantes
1970/71	3,9	13,6
1971/72	- 0,9	8,4
1972/73	- 0,3	7,2
1973/74	14,4	23,0
1974/75	8,7	25,0
1975/76	24,3	24,3
1976/77	29,4	29,4
1977/78	19,8	37,8
1978/79	28,5	47,8
1979/80	57,6	106,5
1980/81	60,8	110,6
1981/82	37,4	37,6
1982/83	67,4	67,4

⁽¹⁾ A inflação foi medida pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações do Manual de Crédito Rural, da Fundação Getúlio Vargas e de CARVALHO et alii (10).